

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

O SUJEITO COMO AUTOR NA HISTÓRIA E ATOR HISTÓRICO: O ENTENDIMENTO DA TEORIA DOS ATOS DE FALA PARA A INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Deise Simões Rodrigues *

Primeiramente, o artigo trata-se de uma exposição da teoria dos atos de fala, levantando, principalmente, as categorias de análise de John Langshaw Austin. Em seguida, pretende-se demonstrar a partir das considerações de dois historiadores do campo dos discursos, Quentin Skinner e John Pocock, a problemática da aplicação dessa alternativa teórica na discussão metodológica sobre os textos e contextos sociais do sujeito enquanto autor na história e ator histórico.

Introdução

A teoria dos atos de fala situa-se dentro da chamada “virada lingüística” do século XX, sua gênese insere-se na tradição britânica da filosofia analítica inaugurada por G.E.Moore, B.Russell e L.Wittgenstein nas primeiras décadas do século XX, reação contra o empirismo e o idealismo absoluto. Nessa tradição de pensamento a questão central da investigação do conhecimento passa a ser então: como pode uma sentença ter significado ¹? Ao contato com essas mudanças o ramo da historiografia apontava para um abandono da história do pensamento e das idéias rumo a algo bastante diferente, por isso a expressão história do discurso como a terminologia mais apropriada no momento, mesmo não isenta de problemas ².

Na história do movimento dessa práxis destacar-se-iam dois grupos, um centrado em Cambridge na década de 1950, no qual as análises lingüísticas são adotadas por alguns filósofos que tendiam a apresentar os pensamentos como proposições que requerem um número limitado de modos de validação. Outros desenvolvem a teoria dos atos de fala ou discurso em Oxford apresentando os pensamentos como elocuções atuantes sobre aqueles que

* Mestranda do programa de Pós-Graduação de História da UFOP. deiseouropreto@yahoo.com.br

¹ FILHO, Danilo Marcondes de Souza. “A filosofia da linguagem de J.L.Austin”. In: AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p.7.

² . POCOCK, John. “O Estado da Arte”. In _____. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003, p.24.

as ouvem, e até mesmo sobre aqueles que enunciam ³. Abordemos com ênfase maior as posições teóricas desse segundo grupo.

A obra da primeira fase de Ludwig Wittgenstein, o *Tractatus*, carrega a concepção da análise como instrumento para o desvendamento da verdadeira estrutura lógica da linguagem, aquela capaz de espelhar a estrutura da realidade. Nesse momento a linguagem ainda é compreendida como forma de representação do real, ou seja, modelo da realidade, e não a própria realidade:

O objetivo principal do Tractatus é explicar a natureza de nossa linguagem representativa ou factual. Explicar como podemos, através da linguagem, representar e compreender o mundo: como a linguagem se torna significativa; como o nosso pensamento se relaciona a ela ⁴.

Entende-se neste pensamento que as frases de nossa linguagem serão tecidas de frases elementares que corresponderam estruturalmente a fatos, a combinações dadas de estados de coisas, o que resume a teoria pictorial e teoria do significado: o significado de um signo simples, de um nome é o objeto simples por ele representado, em relação às frases o que vale são os sentidos ⁵.

Digamos que em sua segunda fase, Wittgenstein reflete a falha da teoria do significado: “A deficiência fundamental do *Tractatus* foi a de não atentar para o modo como a linguagem efetivamente funciona” ⁶. A reformulação da filosofia da linguagem instituiu o princípio de verificabilidade, nova concepção do significado que seria o modo como a frase pode ser verificada ou não, frases não verificáveis não possuem sentido. Por exemplo, frases da metafísica como: “Há, além do mundo tal como o experimentamos, um mundo da coisa em si (noumênico), que é incognoscível” (Kant); “O absoluto se desdobra em tríades dialéticas sucessivas” (Hegel); ou ainda “O nada nadifica” (Heidegger). “Ora, não temos quaisquer meios de verificar tais frases: elas não têm, pois, sentido cognitivo, não passando de apelos emocionais” ⁷.

A verificabilidade diferenciara da verdade proposta no *Tractatus* – concepção segundo a qual uma frase é verdadeira se corresponde, se é estruturalmente idêntica, ao fato que afigura. Porém, ainda não era suficiente para aplicar em proferimentos não assertivos, que não eram declarações. No lugar da concepção verificacionista do significado, uma outra proposta diria que o significado de uma expressão (frase, palavra) é o seu uso ou aplicação na

³ *Ibidem*, p.24.

⁴ COSTA, Cláudio Ferreira. “Wittgenstein: linguagem como figuração e como instrumento”. In: _____. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p.26.

⁵ *Ibidem*, p.32.

⁶ *Ibidem*, pp.35-36.

⁷ *Ibidem*, pp.36-37.

linguagem. As palavras só possuem sentidos no fluxo da vida; o signo, considerado separadamente de suas aplicações, parece morto, sendo no uso que ele ganha sua vitalidade. O uso compreende o modo, a maneira com que a linguagem foi usada, determinado pelas regras gramaticais e semânticas relevantes a ela. Wittgenstein levanta as questões:

(...) uma mesma expressão pode ser usada de vários modos, adquirindo assim diferentes nuances semânticas, o que condiciona o modo como, em certa ocasião, a usamos? Como sabemos, por exemplo, se uma palavra como “pensamento” é usada no sentido de conteúdo pensado, no sentido de um processo psicológico, ou ainda em outros mais ⁸?

Para o filósofo existe a noção dos jogos de linguagem: sistemas localizados de regras lógico-gramaticais determinadoras dos usos das expressões que nele incorrem. A linguagem é divisível em um sem-número de sublinguagens, regiões, domínios mais ou menos específicos da linguagem natural e técnica: “Característico do jogo de linguagem é que ele é parte de uma forma de vida, sendo primariamente praticado em meio ao contexto social em que falantes vivem” ⁹. As regras dos jogos de linguagem dizem respeito aos participantes, aos objetos, às ações humanas, ao contexto. O jogo de linguagem liga-se ao contexto da expressão proferida, dessa forma percebe-se que: “Um significado de uma expressão pode ser assim concebido como sendo o seu modo de uso, determinado pelas regras de um jogo de linguagem pertencente a uma forma de vida” ¹⁰. O conceito de jogos de linguagem serve como novo instrumento de elucidação do significado. O objetivo dessa teoria é deslocar as palavras de seu uso “metafísico” ao seu uso cotidiano ¹¹.

A problemática da consciência dá, assim, lugar à problemática da linguagem, e o conceito de representação, ponto central da tradição anterior, é substituído pelo conceito de significado ¹². Aprofundando esses estudos no campo da linguagem, o filósofo inglês John Langshaw Austin refletirá na obra *How to do things with words* um dos problemas mais importantes da ética: a responsabilidade que decorre da ação. Trará dessa forma uma contribuição ao tratar precisamente de uma teoria sobre a natureza da linguagem enquanto uma forma de realizar atos: os atos de fala.

Racionalizando esse pensamento, Austin toma como ponto de partida analisar advérbios como “voluntariamente”, “deliberadamente”, “acidentalmente” e congêneres, uma vez que enquanto advérbios, estes qualificam ou determinam o termo ação.

⁸ COSTA, Cláudio Ferreira. *Op. Cit*, pp.38-40.

⁹ *Ibidem*, p.40.

¹⁰ *Ibidem*, p.41.

¹¹ *Ibidem*, pp.41-42.

¹² FILHO, Danilo Marcondes de Souza. *Op. Cit.*, p.8.

*E a razão de assim proceder radica-se no fato de as condições de possibilidade de emprego destes termos revelarem as circunstâncias que permitem ao falante usá-los para justificar, desculpar ou eximir-se da responsabilidade de seu ato*¹³.

Dessa maneira, o conceito do ato de fala pode ser compreendido como a interação comunicativa propriamente dita, tendo um caráter contratual ou de compromisso entre partes, estabelecendo um conjunto de regras do uso da linguagem.

O problema passará a ser do ‘campo semântico’:

*(...)levando-se em conta quando, como, por que e por quem determinadas expressões podem ser usadas e outras não (...) elabora-se características básicas das possibilidades de uso, que fornecem os elementos para a determinação do significado e consequentemente para o estabelecimento ou elucidação dos termos*¹⁴.

Uma análise nessa perspectiva deve considerar a situação no sentido que faz os usos da palavra ou da expressão, levando em conta o contexto desse uso e os elementos constitutivos. No ato de fala há um exame do que se deve dizer e quando se deve fazê-lo, sobre quais palavras devem-se usar em determinadas situações. Não se examina simplesmente palavras ou ‘significados’, mas, sobretudo a realidade sobre a qual falamos ao usar estas palavras para aguçar nossa percepção (...) dos fenômenos¹⁵. O ato de fala seria um raciocínio voluntário que pertence às regras dos jogos de linguagem.

Isso significa que quando se analisa a linguagem é necessário investigar o contexto social e cultural no qual ela é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a ‘racionalidade’, enfim, elementos os quais a linguagem é indissociável, já que é colocada sob o ponto de vista dela em si mesma ser uma prática social. Uma ‘realidade’ é constituída exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos. Estabelece-se o paradigma teórico que considera a linguagem como ação, como forma de atuação sobre o real, e, portanto de constituição do real, e não meramente de representação ou correspondência com a realidade.

*A verdade é substituída agora pelo conceito de eficácia do ato, de sua ‘felicidade’, de suas condições de sucesso, e também pela dimensão moral do compromisso assumido na interação comunicativa, sempre enfatizada por Austin*¹⁶.

A linguagem é entendida essencialmente como forma de ação e não de representação da realidade. As condições de uso determinam a concepção de linguagem como um complexo que envolve elementos do contexto, convenções de uso e intenções dos falantes. A investigação da linguagem deve realizar-se com base na teoria da ação. Assim, a proposta

¹³ *Ibidem*, p.9.

¹⁴ FILHO, Danilo Marcondes de Souza. *Op. Cit.*, p.9.

¹⁵ AUSTIN, John Langshaw. *Apud*. FILHO, Danilo Marcondes de Souza, *Op. Cit.*, p.10.

¹⁶ FILHO, Danilo Marcondes de Souza. *Op. Cit.*, p.10.

metodológica passa por uma análise conceitual, interpretando o conceito como expressão lingüística e não como entidade mental ou objeto lógico, elucidando a partir das condições de uso da expressão. A análise do ato de fala concentra no uso da linguagem em um determinado contexto, com uma determinada finalidade e de acordo com certas normas e convenções ¹⁷.

Entendida a conceituação da teoria dos atos de fala os historiadores do pensamento político e ditos da história intelectual têm interesse na aplicação empírica da teoria na história de forma metodológica, no momento que o historiador utiliza fontes textuais, o universo dos discursos e sua aproximação com o espaço de experiência. A questão do paradigma teórico que considera a linguagem como ação, como forma de atuação sobre o real, e, portanto de constituição do real, e não meramente de representação ou correspondência com a realidade, oferece um método de analisar textos. Atuar sobre o real soa como modificar a realidade, fazer algo, mudar, transformar. Na teoria dos atos de fala a linguagem seria um instrumento que capacita a ação de um sujeito. Sugere que não é possível realizar certas coisas sem o uso de palavras proferidas a partir de regras compreendidas a nível coletivo em uma comunidade. Assim, a linguagem também é real, tomada para realizar atos, indispensável ao homem. A tarefa da interpretação de textos pelo historiador pode consistir, nesse sentido em recuperar esta dinâmica no campo da linguagem através da interpretação dos atos de fala nos textos que utiliza como fontes. Ler textos, enfim, significará a possibilidade de recuperar a atuação sobre a realidade, dada em um específico momento.

Os historiadores e o entendimento da teoria dos atos de fala para a interpretação de textos

Os dois principais pensadores da teoria da linguagem, Wittgenstein e Austin, são recuperados em *Visions of Politics: regarding method* ¹⁸ por Quentin Skinner, este conclui que as investigações filosóficas do primeiro nos alerta para não isolar o significado das palavras. O enfoque deve estar nos usos das palavras enquanto jogos de linguagem e mais especificamente dentro de formas particulares de vida. Em relação à Austin, Skinner comenta que esse, a menos de uma década depois do desafio lançado por Wittgenstein, respondeu na

¹⁷ FILHO, Danilo Marcondes de Souza. *Op. Cit.*, p.11.

¹⁸ Ver SKINNER, Quentin. "Interpretation and the understanding of speech acts". In: _____. **Visions of Politics: regarding method**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp.103-107.

obra *How to do things with words* que trata exatamente da investigação do uso de palavras ao invés dos significados delas, dizendo, grosso modo, que palavras também são ações ¹⁹. Ainda segundo Skinner esses principais *insights* de Wittgenstein e Austin oferecem uma hermenêutica de valor excepcional para os historiadores intelectuais e estudantes de disciplinas culturais. Seus estudos sobre significado e atos de fala são feitos a partir dos tópicos de interpretação de textos, ou seja, utiliza as teorias de ações lingüísticas e implicações para interpretá-los.

Tentando explorar as implicações o historiador traz o exemplo de Strawson sobre o policial e o patinador. Assim analisa as regras de intenções e convenções nos entendimentos dos atos de fala. Segundo o exemplo, o policial disse a um patinador que o gelo estava fino. Devemos para entender o que o policial disse, primeiro, compreender o que significa as palavras recuperadas no vocabulário da língua do policial, mas também saber o que o policial estava fazendo ao dizer o que foi dito ²⁰. O que o policial disse pode ter tido uma força ilocucionária ²¹ de advertir o patinador. Ao mesmo tempo, logo depois pode ter havido uma consequência do que foi dito (perlocucionário). Por exemplo, pode ter amedrontado, irritado ou divertido o patinador como consequência do que disse.

Austin para clarear a idéia dos usos de linguagem na comunicação diria que aqueles que falam são capazes de explorar a dimensão da força ilocucionária, de modo a – como o próprio título do livro sugere – fazer coisas com palavras. Há um relacionamento entre a dimensão lingüística da força ilocucionária e a capacidade dos oradores de explorar a dimensão em ordem, de executar opções de atos de fala – especialmente atos ilocucionários, os quais Austin se interessou demasiado em classificar. Certa força ilocucionária executa um ato de um certo tipo, sugerindo que a conexão da dimensão ilocucionária da linguagem com a

¹⁹ SKINNER, Quentin. *Op. Cit.*, p.103.

²⁰ SKINNER, Quentin. *Op. Cit.*, p.104.

²¹ Importantes categorias serão elaboradas por Austin com objetivo de esclarecer quando consideramos os sentidos em que dizer algo é fazer algo. Distinguem-se: o ato locucionário (e dentro dele o fonético, o fático e o rético) que tem um significado; o ato ilocucionário que tem uma certa força ao dizer algo; e o ato perlocucionário que consiste em se obter certos efeitos pelo fato de se dizer algo. Definindo, o ato locucionário será proferir determinada sentença com determinado sentido e referência, o que, por sua vez, equivale, grosso modo, a “significado” no sentido tradicional do termo. O ato ilocucionário seriam proferimentos que têm certa força, quando realizamos atos de informar, ordenar, prevenir, avisar, comprometer-se. E por fim, o ato perlocucionário produzimos porque dizemos algo, tais como convencer, persuadir, impedir. O ato ilocucionário está relacionado com a produção de efeitos em certos sentidos. Em geral o efeito equivale a tornar compreensível o significado e a força da locução, a realização de um ato ilocucionário depende da sua apreensão. A forma de análise ganha sustento na teoria das forças ilocucionárias ou como chamamos propriamente a teoria de atos de fala. AUSTIN, John Langshaw. *Op.Cit* , pp.95-103.

performance de atos ilocucionários devem ser – como todos os atos voluntários – as intenções do agente interessado ²².

Sendo assim, aquele que profere deve procurar uma performance adequada quando se quer produzir certa força ilocucionária, eleger o ato locucionário somente não basta, há que conhecer a sua ilocução. O ato de advertir deve ter uma performance particular para advertir, deve-se falar de acordo com que se entenda a intenção de advertir, portanto para entender que se trata de advertir o ato deve ser recuperado em sua ocasião.

Quando Austin expõe esse ponto e introduz o conceito de ilocução, ele pressupõe que alguém executou o ato e como ele produziu o performativo para ser entendido. Considera, porém, a necessidade de verificar a apreensão (*uptake*), admite que a apreensão dos atos ilocucionários depende de cada convenção lingüística, apresenta as convenções no lugar das intenções dos oradores. Sobre esse tópico de Austin, Skinner explica que:

Ele assumiu (na veia Wittgenstein) que a captação de atos ilocucionários requer a presença de tais convenções lingüísticas fortes que ele parecia sugerir depois que tais convenções, em lugar de intenções de oradores, devem ser definitivas dos atos locucionários ²³.

Não podemos jamais negar o fato de que quando alguém emite um proferimento performativo seriamente está sempre fazendo alguma coisa tanto quanto falando. Muitas de nossas ações exigem inevitavelmente certas locuções verbais para serem compreendidas, há ações que sem dizermos algo não seriam ações, podemos citar inúmeros usos de verbos que podem explicitar isso: “Eu estou advertindo você, Estou ordenando você, etc. Será possível realizar esses atos sem o uso da linguagem”²⁴ ? Skinner alerta ainda que:

O problema da interpretação surge em parte porque nós não fazemos dificuldades, mesmo nos casos de todos os dias, ainda menos no caso de tais atos enormemente complexos de comunicação como esses que normalmente chamam a atenção de críticos literários e historiadores do intelectual ²⁵.

As críticas apontam problemas nessas exposições entre as intenções de oradores e as forças locucionárias. Haveria uma falha ao reconhecer que intenções ilocucionárias podem estar presentes na ausência de um correspondente ato ilocucionário. Mesmo sabendo o ato ilocucionário para advertir ao falar ou escrever, pode-se falhar com aquele que é advertido. Mas bem antes das críticas dirigidas a Skinner, Austin já deixaria claro que aquele que

²² SKINNER, Quentin. *Op. Cit.*, p.105.

²³ *Ibidem*, pp.105-106.

²⁴ *Ibidem*, p. 106.

²⁵ *Ibidem*, p.107.

adverte depende da apreensão desse ato para que ele se realize (*uptake*)²⁶. Strawson clarifica ainda mais isto: a apreensão depende da análise do elemento descritivo no conceito da ação:

*A idéia básica é que qualquer ação voluntária pode ser capaz de ser representada pela fórmula ‘trazendo-a sobre p’, onde o valor assinado de ‘p’ pode ser tal como indicado um novo estado de negócios provocado como resultado da ação.(...) Executar uma ação é assim produzir algum novo fim-estado discernível, um que não pode somente ser representado como consequência de, mas como uma indicação de, desempenho eficaz da ação*²⁷.

Não se pode realmente dizer que se advertiu alguém sem que essa pessoa realmente entenda que foi advertida, que seja realidade e transformação. Em relação ao *uptake*, Donald Davidson perceberá que ‘p’ em alguns casos pode significar apenas um evento, não há um efeito, uma consequência de uma performance bem sucedida da ação. Como ao advertir, o sucesso da performance do ato ilocucionário de advertir, tem sucesso em advertir o fato. Assim, tal como cumprimentar e informar são atos ilocucionários que independem de quem se dirige. São por si só atos. Os argumentos da crítica são os mesmos que reforçam a própria teoria dos atos de fala, que prevê o problema da apreensão ao destacar quando dizer é fazer:

*Tudo isso então, não faz sentido nenhum para sugerir - como Austin e Graham ambos o fazem - que alguém pode ter tido sucesso falando com a força ilocucionária planejada de uma advertência e ainda não executa o ato ilocucionário correspondente (...)*²⁸.

Resumindo, a idéia advertir é simplesmente o fato de falar que alguém está em perigo.

Os críticos argumentam que somente pode haver intenções ilocucionárias com atos correspondentes, assim pode-se emitir um ato ilocucionário na ausência de uma intenção, logo Skinner negligenciaria os atos ilocucionários não intencionais. Skinner responde que não acredita na existência dessa classe. Para ele não é possível advertir alguém sem intenção, se ele mesmo define que advertir requer uma performance de intenções e forças ilocucionárias para que aconteça a advertência²⁹.

A noção de performance agregada ao proferimento não faria sentido sem a intenção. Seria como numa peça teatral onde os atores sabem exatamente o que dizer e como dizer para produzirem certos efeitos no público. Todo ato tem uma força ilocucionária, então se ele adverte mesmo com qualquer intenção de advertir, mesmo assim evoca o correspondente a

²⁶ SKINNER, Quentin. *Op. Cit*, p.107.

²⁷ *Ibidem*, p.108.

²⁸ *Ibidem*, p.108.

²⁹ *Ibidem*, p.109.

esse ato ilocucionário. É como se advertir só exista uma forma de fazê-lo, que é dado *a priori* na própria linguagem de quem o faz³⁰. Rebate ainda com o argumento:

*Mas a razão usual será que o significado de um proferimento nele mesmo, junto com o contexto de sua ocorrência são tais que o orador não sente dúvida da capacidade de sua audiência para assegurar a captação-apreensão do seu ato ilocucionário pretendido*³¹.

Dessa forma as críticas não tocaram no que Skinner considera como essencial em Austin: a distinção entre atos ilocucionários e forças ilocucionárias. “Os atos ilocucionários que emitimos são identificados, como atos voluntários, por nossas intenções; mas as forças ilocucionárias carregadas pelos nossos proferimentos performativos são principalmente determinadas por seus significados e contexto”³². Assim, pode-se ter uma intenção e ao proferir a força ilocucionária fazer outra coisa. A força ilocucionária é um elemento que não depende da intenção³³.

Enfim, retorna-se ao problema que de fato Skinner pretende responder: “O que a teoria dos atos de fala espera nos falar sobre a interpretação de textos”³⁴? Enfatiza: “A teoria não nos conta, e nem faz, eu acredito, que as intenções dos oradores e escritores constituem um só ou mesmo o melhor guia de entendimento dos seus textos ou proferimentos”³⁵. Em tom de ironia, diz parecer irresistível acreditar que todas as interpretações possíveis para um texto podem ser justificadas pela intenção do autor, fica ingenuamente fácil compreender um texto assim. É delicado buscar compreender o significado do texto nas intenções do autor, deve-se lembrar que sua linguagem, a que dispõe para proferir algo, independe de suas intenções já é estabelecida culturalmente. As intenções não podem identificar sozinhas o significado de um texto³⁶. A linguagem não pertence ao autor.

Quanto à prática da teoria é necessário à compreensão da noção da força ilocucionária de um proferimento para que haja a compreensão do próprio ato ilocucionário. A questão é: Como este processo de apreensão será adquirido na prática em um caso de um ato ilocucionário complexo em que os críticos literários e os historiadores intelectuais são caracteristicamente interessados? Os filósofos da linguagem não ajudam nesse aspecto aos historiadores, mas oferecem dois principais ingredientes para distinguir um conceito de apreensão (*uptake*). O primeiro há que se considerar o fato do significado do proferimento

³⁰ SKINNER, Quentin. *Op. Cit*, p.109.

³¹ *Ibidem*, p.113.

³² *Ibidem*, p.109.

³³ *Ibidem*, p.110.

³⁴ *Ibidem* p.110.

³⁵ *Ibidem*, p.110.

³⁶ *Ibidem*, pp.110-114.

nele mesmo, o que parece óbvio, entender o caráter gramatical do ato e o vocabulário ³⁷. Depois é identificar o contexto e ocasião do proferimento-enunciação. Todos os proferimentos sérios são tencionados como atos de comunicação, assim eles acontecem como Austin sempre observou através de atos convencionalmente de caráter reconhecível. Se desejamos compreender proferimentos, devemos encontrar meios de identificar a natureza precisa de intervenção constituída pelo ato do proferimento, enfim, a busca do efeito.

Ao historiador cabe a função de ler, aprender e reconhecer as linguagens disponíveis da época e cultura que estuda para saber o que o autor do texto quis propor ou dizer. Cabe ao historiador perseguir sua primeira meta, lendo extensivamente a literatura da época e aguçando sua própria sensibilidade e intuição para detectar a presença dos diversos idiomas. Processo de familiarização, lendo e formulando hipóteses para estabelecer que tais linguagens poderiam ser empregadas de tais maneiras. Encontrará no caminho problemas de interpretação, tendência ideológica e com o círculo hermenêutico ³⁸.

O historiador interessa pelas ações de outros agentes, não deseja ser o autor de seu próprio passado tanto quanto deseja revelar as ações de outros autores na história e da história. Deverá estar atento às ocasiões em que os próprios usuários da linguagem comentam seu uso criticamente, reflexivamente, por meio de linguagens de segunda ordem, por eles desenvolvidas com esse propósito, assim o historiador pode controlar suas hipóteses ³⁹.

Ele procurará, em seguida, observar a parole agindo sobre a langue: sobre as convenções e implicações da linguagem, sobre outros atores como usuários da linguagem, sobre atores em quaisquer outros contextos, de cuja existência ele possa se sentir 'persuadido', e possivelmente sobre esses mesmos contextos ⁴⁰.

Nesse momento o historiador para sustentar que a linguagem era um recurso cultural e não um esforço de sua interpretação relacionará com o número de atores que ele puder mostrar terem operado nesse meio expressivo e ao número de atos que ele puder mostrar que operaram. Provando que diversos autores usavam o mesmo idioma, que é recorrente em outros textos e contextos e que os autores tinham consciência do idioma que empregavam e desenvolviam linguagens críticas e de segunda ordem para comentar ou regular o emprego desse idioma, tudo isso reforça o seu método ⁴¹.

³⁷ SKINNER, Quentin. *Op. Cit.* p.114.

³⁸ POCOCK, John. *Op. Cit.* p.33.

³⁹ *Ibidem*, p.33.

⁴⁰ *Ibidem*, p.33.

⁴¹ POCOCK, John. *Op. Cit.* pp. 33-34.

Em Pocock existe também a noção de intervir no contexto, pois: “os problemas para os quais os escritores se vêm respondendo podem ter sido levantados em período remoto, até mesmo em uma cultura completamente diferente”⁴². O contexto apropriado para entender o ponto de tais proferimentos de escritores será sempre em tudo que nós alcançamos do contexto para apreciar a natureza da intervenção constituída pelos proferimentos. Para recobrir esse contexto devemos engajar em um campo largo tão bem quanto detalhar uma pesquisa histórica⁴³. Para Pocock o historiador : “(...) necessitará de meios para entender como um ato de fala, enunciação ou autoria, efetuado em uma certa linguagem, pode atuar sobre ela e introduzir inovações nela ”⁴⁴.

Logo, devemos começar pelo significado e depois o assunto do proferimento que nos interessa e assim voltar para o contexto argumentativo de suas ocorrências para determinar como eles se conectam com, ou relativamente para, outros proferimentos ligados ao mesmo assunto. Dada a análise comparativa⁴⁵ :

*Se tivermos sucesso na identificação deste contexto com precisão suficiente, nós podemos esperar ler em voz alta o que era eventualmente que o orador ou escritor em quem nós estamos interessados estava fazendo, dizendo o que disseram*⁴⁶.

Em Skinner e nos objetivos do historiador desse tipo passam a preocupação com as intenções do autor ao elaborar seu texto. Críticos questionam se é possível resgatar as intenções do autor a partir da análise de seus textos sem cair em uma prisão do círculo hermenêutico, algo que sucede ao não se ter nenhum indício fora do texto para alcançar as intenções. Porém há recursos, como correspondências privadas que podem servir de auxílio.

*Quanto mais provas o historiador puder mobilizar na construção de suas hipóteses acerca das intenções do autor, que poderão então ser aplicadas ao texto ou testadas em confronto com o mesmo, maiores serão as suas chances de escapar do círculo hermenêutico*⁴⁷.

O desafio é constituir uma categoria entre textos e contextos⁴⁸. Michel Foucault e Roland Barthes anunciaram a morte do autor, segundo eles autores podem antecipar os contextos de um autor estudado. Sendo assim, deve-se sair de uma preocupação de autor individualmente e sim percebê-lo dentro de um grupo e dos discursos de seu próprio momento.

⁴² SKINNER, Quentin. *Op. Cit.*,p. 116.

⁴³ *Ibidem*, p. 116.

⁴⁴ POCOCK, John. *Op. Cit.* p.36.

⁴⁵ Ver o exemplo de Maquiavel. Para entender uma frase proferida por Maquiavel devemos voltar no contexto que isso ocorreu; suponha-se que o sentimento expressado seja algo comum na literatura política da época. Dessa forma, podemos sugerir inúmeras ações do que Maquiavel poderia estar fazendo no momento em que disse o proferimento. SKINNER, Quentin. *Op. Cit.*p.117.

⁴⁶ SKINNER, Quentin. *Op. Cit* p.116.

⁴⁷ POCOCK, John. *Op. Cit.* p.27.

⁴⁸ SKINNER, Quentin. *Op. Cit.* p.117.

“A linguagem que um autor emprega já está em uso”⁴⁹, assim é transmitida e se impõe a contextos subsequentes⁵⁰. Skinner acha radical acreditar nisso como uma verdade incontestável, é certo das limitações de nossa comunicação, mas entende a linguagem também como um recurso. Não se pode dispensar a categoria do autor se os momentos são uma convenção desafiada ou um lugar comum⁵¹.

O tipo de historiador que estuda o que Pocock chama de linguagens de debate lega, em segundo plano, as relações entre contribuições individuais para tais linguagens e o campo de discurso como um inteiro. Enfim, verifica-se a contribuição de um discurso pré-existente para entender o que o autor estava fazendo. Skinner replica: “Nós estamos falando sobre textos, e a performatividade no qual eu estou interessado de fato é tratada como uma propriedade de textos em si mesmo”⁵². Devemos limitar nossa argumentação sobre a defensabilidade de tais afirmações, e procurar tipos de pesquisas históricas que habilitem enriquecer e refinar isto. Através desta imposição limitamos nosso estudo inteiramente para textos, suas características e “behaviour”, e esquecemos os autores juntamente⁵³.

O estudo que Foucault caracteriza por regimes de discursos ou puramente arqueologia do proferimento para Skinner é considerar que os textos têm autores e esses têm intenções ao escrevê-los, recuperar isso é uma maneira de responder o caminho da arqueologia. Isso quer dizer considerar que o texto está fazendo alguma coisa e que o autor é que faz isso. Se existe um ato, existe um autor. A intencionalidade pode contribuir mais tarde para a compreensão da coerência das crenças dos autores. Devem-se buscar recobrir uma rede de atitudes que justificam a intenção⁵⁴.

Skinner se refere aos textos como atos, então o processo de entendimento deles nos requer, como no caso dos atos voluntários, recobrir as intenções incorporadas neles. Processo que a antiquada hermenêutica nos levou a acreditar. “Para os atos estão em torno os textos: eles incorporam intersubjetivamente significados que nós podemos ler em voz alta”⁵⁵. Skinner argumenta sobre o óbvio: alguns proferimentos foram tirados de contextos em que foram proferidos, neste caso é pouco provável criar hipóteses sobre o entendimento desses proferimentos⁵⁶.

⁴⁹ POCOCK, John. *Op. Cit.*. p.29

⁵⁰ *Ibidem*, p.30

⁵¹ SKINNER, Quentin. *Op. Cit.* p.117.

⁵² *Ibidem*, p.118

⁵³ *Ibidem* p.118.

⁵⁴ *Ibidem*, pp.118-119.

⁵⁵ SKINNER, Quentin. *Op. Cit* , p.120.

⁵⁶ Como o caso em Jacques Derrida lê um fragmento de Nietzsche que diz “Eu ando esquecendo meu guarda-chuva”, entender o que isso quer dizer é identificar facilmente a sentença. O que interessa de fato é saber o que

Um exemplo de boa aplicação do método de Skinner é uma referência da obra *Passage to India*, romance de E.M.Forster, este encerra com as palavras “Weybridge, 1924”. Ao escrever isto, Forster informava que escrevera enquanto morava em um subúrbio de Londres e também as condições que escreveu, assim como seguia uma convenção comum na época. Mas o que ele estava fazendo ao usar essa convenção? Assinar romances naquele período foi uma forma do autor chamar atenção para sua vida romanticamente nômade. Como por exemplo, o romance de James Joyce *Ulysses* que assinou *Trieste-Zurich-Paris*, dois anos antes de publicá-lo. As datas e locais assinados tinham o objetivo de mostrar o árduo trabalho literário, Forster quando assinava somente um local e uma data, fez uma crítica a essa convenção da lamúria e agonia de escrever, satirizando uma convenção inteira de assinatura do trabalho ficcional, indicando uma postura que apenas ainda estava dando seus primeiros sinais de origem. Com essa interpretação Skinner conclui que não é possível recobrir a intenção ao menos que conheçamos com certeza os gêneros de textos. “A dimensão está presente no caso de todo proferimento sério, se em verso ou em prosa, se em filosofia ou em literatura”⁵⁷. Os textos contêm uma complexidade de atos, uma frase em um texto pode haver mais atos que palavras⁵⁸.

Pocock percebe que as críticas vão mais além. Julga-se a questão da *langue* e *parole*, do contexto lingüístico e atos de fala. Assim, coloca:

*Mas a objeção com a qual estamos lidando é mais radical. Ela questiona não apenas que as intenções possam existir antes de ser articuladas em um texto, como também que se possa dizer que elas existem independentemente da linguagem em que o texto será construído. O autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas. Os modos de discurso disponíveis dão-lhe as intenções que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que poderá dispor para efetuar-las*⁵⁹.

O impasse certamente não foi resolvido. Porém, o método de Skinner não deixa de nos impelir na direção tanto do resgate da linguagem do autor quanto do resgate de suas intenções, bem como a tratá-lo como hesitante de um universo de *langues* que confere sentido às *paroles* que ele emite nessas línguas”⁶⁰. Subtende-se, que o texto do autor é um artefato cultural dotado de certa finalidade, o historiador pode aplicar a teoria dos atos de fala para avaliar seus

Nietzsche pretendeu ou significou com isto. Para Derrida, entre as várias possibilidades parece ser impossível saber realmente o que ele estava fazendo. SKINNER, Quentin. *Op. Cit.*p.121.

⁵⁷ SKINNER, Quentin. *Op. Cit.*,p.120.

⁵⁸ *Ibidem*, pp.123-124.

⁵⁹POCOCK, John. *Op. Cit.*, pp.27-28.

⁶⁰ POCOCK, John. *Op. Cit.*, p.29.

lances, performances, inovações sobre a linguagem, ao fazê-lo ele adquire uma método expressivo para interpretação de textos.

Bibliografia

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

COSTA, Cláudio Ferreira. “Wittgenstein: linguagem como figuração e como instrumento”. In: _____. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, pp. 24-43.

_____. “Austin e Habermas: linguagem como meio de interação social”. In: _____. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, pp.43-58.

FILHO, Danilo Marcondes de Souza. “A filosofia da linguagem de J.L.Austin”. In: AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, pp.7-14.

POCOCK, John. “O Estado da Arte”. In _____. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003, pp.23-62.

SKINNER, Quentin. “Interpretation and the understand of speech acts”. In: _____. **Visions of Politics: regarding method**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp.103-107.